

AS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E DE CAUSALIDADE NO *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS* DE WITTGENSTEIN

Renan Soares Esteves¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho é duplo. Inicialmente, pretende-se (1) expor a concepção de linguagem desenvolvida pelo filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951), na primeira fase de seu pensamento, contida em sua obra *Tractatus Logico-Philosophicus*. Para tanto, buscamos esmiuçar as teses fundamentais da referida obra nas quais está contida a concepção da relação entre linguagem e mundo. Além disso, pretende-se (2) apresentar a concepção tractatiana de causalidade do referido filósofo, fazendo um paralelo com as considerações sobre a causalidade do filósofo escocês David Hume (1711-1776).

Palavras-chave: Wittgenstein. Tractatus. Linguagem. Causalidade. Hume.

THE CONCEPTIONS OF LANGUAGE AND CAUSALITY IN *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS* DE WITTGENSTEIN

Abstract: The objective of this work is twofold. Initially, it is intended (1) to expose the conception of language developed by the Austrian philosopher Ludwig Wittgenstein (1889-1951), in the first phase of his thinking, contained in his work *Tractatus Logico-Philosophicus*. To do so, we seek to analyze the fundamental theses of the work in which the conception of the relationship between language and the world is contained. Moreover, it is intended (2) to present the tractatiana conception of causality of the mentioned philosopher, making a parallel with the considerations on the causality of the Scottish philosopher David Hume (1711-1776).

Keywords: Wittgenstein. Tractatus. Language. Causality. Hume.

Introdução

O *Tractatus Logico-Philosophicus* foi uma obra elaborada pelo filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein publicada em 1921. O objetivo principal da obra, como diz o autor em seu prefácio, é “estabelecer um limite à expressão do pensamento”. Se a expressão do pensamento é a linguagem, então o objetivo do *Tractatus* é estabelecer quais são os limites da linguagem, mostrando, assim, o que pode ser dito. Esta obra é constituída de aforismas, os quais são numerados e estão divididos em sete grupos principais. Os dois primeiros grupos

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. Possui experiência como monitor da disciplina de Lógica I e membro do PET-Filosofia (Programa de Educação Tutorial). Tem interesse nas seguintes áreas da Filosofia: Epistemologia, Lógica e Filosofia da mente. E-mail: renan.soares.e@gmail.com.

tratam da concepção ontológica da obra, na qual o mundo é considerado como a totalidade dos fatos, sendo um fato a subsistência de estados de coisas. Já o terceiro grupo, segundo Condé (1998), trata da teoria do conhecimento da obra, na qual o pensamento é concebido como uma figuração lógica dos fatos. Do quarto ao sexto grupo está contida a concepção de linguagem da obra de maneira mais explícita, sendo introduzidas a definição de pensamento, uma teoria que apresenta a estrutura da linguagem e os limites desta. O sétimo e último grupo, o qual é constituído por apenas uma proposição, é considerado por alguns intérpretes de inspiração kantiana. A única proposição que o constitui é um imperativo que o autor nos coloca diante dos limites da linguagem: “O que não se pode falar, deve-se calar.” (*Tract.* 7)

1 A Teoria da Figuração Proposicional

Ao iniciar a sua discussão sobre a linguagem, Wittgenstein desenvolve uma teoria para explicar qual seria a função da linguagem, chamada de Teoria da Figuração Proposicional. A noção de figuração já começa a ser desenvolvida no segundo grupo do *Tractatus* quando o referido autor destaca, no aforisma 2.12, que “A figuração é um modelo da realidade” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 59). Em seguida, é afirmado no aforisma 4.01 “A proposição é figuração da realidade. A proposição é modelo da realidade tal como a pensamos.” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 71) Dessa forma, é apresentada a função essencial da linguagem, a qual seria a de “representar” ou “descrever” o mundo, de modo que a linguagem teria uma relação direta com o mundo.

Wittgenstein considera que para que possamos falar sobre o mundo é necessário que haja algo em comum entre a linguagem e o mundo, entre a figuração e o que é afigurado. O filósofo austríaco expõe qual seria esta condição de possibilidade da afiguração no aforisma 2.18: “O que cada figuração, de forma qualquer, deve sempre ter em comum com a realidade para poder afigurá-la em geral – correta ou falsamente – é a forma lógica, isto é, a forma da realidade.” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 60). Condé (1998) sublinha que alguns comentadores divergem quanto a essência da realidade proposta no *Tractatus*, pois, para alguns, a essência da realidade seria lógica e, para outros, a essência da realidade seria a lógica, sendo esta um fundamento ontológico do mundo.

Por outro lado, Wittgenstein considera que uma vez que a proposição é um modelo da realidade, ela deve possuir, necessariamente, o mesmo número dos elementos da realidade figurada por ela. Os elementos que compõem uma proposição devem se correlacionar com os

elementos que compõem a realidade figurada, de tal modo que para cada elemento no domínio da realidade corresponda um elemento no domínio da proposição. Os elementos básicos da proposição são os *nomes*, também considerados como “*átomos lógicos*”, os quais são as condições de possibilidade da proposição, já que são os elementos básicos que a constituem. Os nomes representam os *objetos*, os quais são os elementos simples da realidade. A combinação dos objetos, por sua vez, constitui os *estados de coisas*. Dessa forma, os objetos são condições de possibilidade dos estados de coisas. Nesse contexto, os estados de coisas mais simples, ou atômicos, são representados pelas proposições elementares, as quais não admitem análise.

Existem duas modalidades de estados de coisas: os subsistentes e os possíveis. Os *estados de coisas subsistentes* são os fatos, como é colocado por Wittgenstein no aforisma 2: “O que ocorre, o fato, é o subsistir dos estados de coisas.” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 55). Por outro lado, os *estados de coisas possíveis* são aqueles que não estão ocorrendo, mas que podem vir a ocorrer devido a possibilidade de combinação dos objetos. A soma de ambos constitui o *espaço lógico*.

As proposições representam estados de coisas e, para isso ser possível, é necessária uma correspondência entre os elementos de cada um dos domínios, tendo de haver para cada objeto da realidade um elemento na proposição. Há, então, uma semelhança estrutural entre as proposições e os estados de coisas, a qual vai ser chamada de isomorfismo e será fundamental para a Teoria da Figuração Proposicional.

Como já foi dito acima, a combinação dos objetos constitui um estado de coisas. As proposições, por sua vez, podem representar tanto estados de coisas subsistentes como possíveis. Somente podemos saber se uma proposição representa um estado de coisas subsistente se a compararmos com a realidade. Nesse contexto, uma proposição é verdadeira se representa um estado de coisas subsistente, e falsa caso o contrário. Dessa forma, só podemos saber se uma proposição é verdadeira ou falsa se nós a contrastarmos com a realidade. Tal concepção é corroborada pelo filósofo austríaco no aforisma 3.05: “(...) só poderíamos conhecer a priori que um pensamento é verdadeiro se a verdade dele fosse reconhecível a partir do próprio pensamento (sem objeto de comparação).” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 62). Verdades reconhecíveis a partir do próprio pensamento são as da Lógica e as da Matemática, enquanto que a verdade da proposição, a qual representa fatos, só pode ser reconhecida a posteriori.

Tal posicionamento coloca Wittgenstein como um possível herdeiro da tradição empirista britânica da qual faz parte, por exemplo, o filósofo escocês David Hume (1711-1776), o qual, em sua obra *Uma investigação sobre o entendimento humano*, divide os objetos do conhecimento humano em dois tipos: *relações de ideias* e *questões de fato*. Do primeiro tipo seriam, por exemplo, as ciências da geometria, álgebra e aritmética, e toda afirmação intuitiva ou demonstrativamente certa, como “três vezes cinco é igual à metade de trinta”. Tais afirmações demonstrativamente certas são necessárias, de modo que o seu contrário implica contradição e não pode ser concebido pela mente. Por outro lado, do segundo tipo seriam, por exemplo, a naquela época chamada Filosofia natural e toda afirmação relativa a fatos e existência. Hume destaca que o contrário de toda questão de fato permanece possível e não implica contradição, pois a mente consegue conceber, por exemplo, que o sol não nascerá amanhã, mesmo que anteriormente tenha sido o caso.

2 A Teoria da Função de Verdade

Em seguida, Wittgenstein delimita a estrutura da linguagem nos grupos de aforismas 5 e 6. A Teoria da Função de Verdade, a qual descreve como a linguagem é estruturada, é resumida pelo filósofo austríaco no quinto aforisma: “A proposição é uma função de verdade das proposições elementares. (A proposição elementar é uma função de verdade de si mesma.)” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 89). Esta teoria tem como tese principal que o valor de verdade de uma proposição complexa, ou não-elementar, é totalmente dependente dos valores de verdade das proposições elementares que a constituem. Desse modo, após a análise dos valores de verdade das proposições elementares, através da comparação destas com os fatos, poderíamos calcular o valor de verdade da proposição complexa. Tal concepção pode ser mais facilmente compreendida através do uso das tabelas de verdade. Tomemos, por exemplo, uma proposição complexa *R* formada da conjunção de duas proposições elementares *P* e *Q*.

P	Q	P ^ Q	R
v	v	v	v
v	f	f	f
f	v	f	f
f	f	f	f

Fig. 1 – Tabela de verdade da conjunção

**AS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E DE CAUSALIDADE NO *TRACTATUS*
LOGICO-PHILOSOPHICUS DE WITTGENSTEIN**

A tabela de verdade permite visualizarmos que o valor de verdade da proposição complexa depende diretamente dos valores de verdade das suas proposições elementares. No caso específico, como a proposição complexa consiste numa conjunção de duas proposições elementares, ela só será verdadeira se ambas as proposições elementares forem também verdadeiras. Dessa forma, a tabela de verdade mostra a relação de verdade e falsidade de uma proposição qualquer que esteja ligada a proposições elementares.

As condições de verdade dessas relações possuem dois casos limites: a *tautologia* e a *contradição*. A tautologia é o caso em que, para todos os valores de verdade possíveis, a proposição é verdadeira. Por outro lado, a contradição é o caso em que, para todos os valores de verdade possíveis, a proposição é falsa.

Para facilitar o entendimento desses casos limites, considere que a letra P representa a proposição “Chove”, enquanto que a simbolização $\neg P$ (não-P) representa a proposição “Não é o caso que chove”. Se relacionamos as duas proposições em uma proposição complexa pela relação de conjunção (representando “Chove e não é o caso que chove”), temos a seguinte tabela de verdade:

P	$\neg P$	$P \wedge \neg P$
v	f	f
f	v	f

Fig. 2 – Tabela de verdade da contradição

Como um mesmo fato não pode ocorrer e não ocorrer ao mesmo tempo, logo a tabela de verdade evidencia que, para todos os valores de verdade possíveis, a proposição é falsa, sendo, portanto, uma contradição.

Em sentido contrário, se relacionamos as mesmas proposições pela relação da disjunção, de modo a construir a proposição complexa “Chove ou não é o caso que chove”, temos a seguinte tabela de verdade:

P	$\neg P$	$P \vee \neg P$
v	f	v
f	v	v

Fig. 3 – Tabela de verdade da tautologia

Para tal caso, a tabela de verdade mostra que, para todos os valores de verdade possíveis, a proposição é verdadeira. Dessa forma, esta proposição é uma tautologia.

Tais casos limites, a contradição e a tautologia, não constituem proposições genuínas, uma vez que não figuram a realidade. Wittgenstein destaca isso no aforisma 4.461: “A proposição mostra o que diz, a tautologia e a contradição que não dizem nada. (...) A tautologia e a contradição são vazias de sentido. (Nada sei, por exemplo, a respeito do tempo se sei que chove ou não chove).” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 87).

De modo complementar, o filósofo austríaco afirma no aforisma 6.1 “As proposições da lógica são tautologias” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 113) e no aforisma 6.11 “As proposições da lógica, portanto, não dizem nada. (São as proposições analíticas.)” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 114). Nesse sentido, por mais que as proposições da lógica não figurem a realidade, elas são as condições de possibilidade de tal figuração, uma vez que mostram as propriedades formais da linguagem e do mundo.

3 A concepção de causalidade no *Tractatus Logico-Philosophicus*

O sexto grupo de aforismas do *Tractatus* revela os limites da linguagem decorrentes da concepção teórica do primeiro Wittgenstein e, conseqüentemente, mostra os limites do conhecimento humano. O filósofo austríaco conclui suas considerações sobre a Lógica, afirmando no aforisma 6.3: “A investigação da lógica denota a investigação de toda a legalidade. Fora dela tudo é acidente.” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 121). Desse modo, compreendemos que para o referido autor fora da lógica não há necessidade, de modo que a necessidade é apenas uma propriedade da lógica, sendo os fatos do mundo, e, conseqüentemente, as proposições que figuram esses fatos, acidentais, isto é, contingentes. Tal situação é evidenciada pela tabela de verdade, já que as proposições genuínas são todas contingentes, ou seja, podem ser tanto verdadeiras como falsas. Dessa forma, as proposições genuínas são figurações contingentes de um mundo que também é contingente.

Ampliando para a discussão epistemológica, Wittgenstein declara no aforisma 6.31: “A assim chamada lei da indução não pode, em caso algum, ser uma lei lógica, pois é patentemente uma proposição significativa. – De sorte que nem mesmo pode ser uma lei a priori.” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 122). Para complementar tal consideração, o referido autor aplica a sua declaração citada a um tipo de indução em específico: a causalidade. Tal aplicação ocorre no aforisma 6.32, no qual o filósofo austríaco afirma: “A lei da causalidade não é lei, mas forma de uma lei.” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 122). Desse modo, entende-se que o referido filósofo considera que a lei de causalidade tem apenas um caráter formal, não

tendo efetividade no mundo. Tal visão é destacada no aforisma 6.36: “Se houvesse uma lei da causalidade, seria do seguinte teor: ‘há leis naturais’. No entanto, obviamente isto não se pode dizer: mostra-se.” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 124).

Em seguida, o filósofo austríaco retoma considerações sobre a indução, definindo-a enquanto processo e clarificando a natureza desta:

“6.363 O processo da indução consiste em aceitar a lei mais simples que possa estar conforme com nossa experiência.

6.3631 Este processo todavia não tem fundamento lógico, mas apenas psicológico. É claro que não há razão alguma para acreditar que o caso mais simples realmente ocorrerá.

6.36311 Que o sol se levante amanhã é uma hipótese, e isto quer dizer: não sabemos se se levantará.

6.37 Não há obrigação para algo acontecer depois de alguma coisa ter acontecido. Não há necessidade que não seja lógica.” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 125)

Mediante tais considerações, Wittgenstein afirma que na base da visão moderna de mundo há uma ilusão, uma vez que esta acredita que existiriam leis naturais que nos dariam esclarecimentos sobre os fenômenos da natureza. Na verdade, o que o filósofo austríaco mostra é que não existem leis naturais no sentido estrito do termo, já que não há necessidade fora da lógica e o mundo é a totalidade dos fatos que são, por sua vez, contingentes.

4 A concepção de causalidade na *Investigação sobre o entendimento humano*

Como foi dito anteriormente, o filósofo escocês David Hume (1711-1776), em sua obra *Uma investigação sobre o entendimento humano*, divide os objetos do conhecimento humano em dois tipos: *relações de ideias* e *questões de fato*. Hume afirma que todos os nossos raciocínios sobre questões de fato parecem estar baseados na relação de causa e efeito, destacando o modo como adquirimos o conhecimento desta relação:

(...) o conhecimento dessa relação não é, em nenhum caso, alcançado por meio de raciocínios a priori, mas provém inteiramente da experiência, ao descobrirmos que certos objetos particulares acham-se constantemente conjugados uns aos outros (HUME, 2004, p. 55).

A inferência ou pensamento causal consiste em uma conclusão que retiramos de nossa experiência passada, podendo ser dividida em duas etapas (COVENTRY, 2009):

- a) Descobri que tal objeto tem sempre sido atendido com tal efeito;
- b) Portanto, outros objetos que são semelhantes em aparência atenderão com efeitos semelhantes.

Hume considera essa inferência como “justa”, e a mesma é claramente utilizada por nós de maneira constante em nossas atividades diárias. Contudo, (b) não é uma consequência necessária de (a). Nesse contexto, o filósofo escocês argumenta que existe mais um estágio pelo qual a mente deve passar para realizar a referida inferência.

Para Hume, a inferência da causa ao efeito não está fundamentada na razão, pois, em primeiro lugar, seria necessário haver um termo médio que possibilitasse a mente a fazer essa inferência. Entretanto, tal termo médio não existe. Além disso, Hume faz uma distinção entre dois tipos de raciocínios: (1) o raciocínio demonstrativo – relativo a relações de ideias; e (2) o raciocínio provável – relativo a questões de fato. A inferência causal é baseada no Princípio da Uniformidade da Natureza, segundo o qual o curso da natureza permaneceria o mesmo, de modo que a nossa experiência passada seria suficiente para o nosso conhecimento de fenômenos semelhantes no futuro. Se a inferência causal é fundamentada na razão, então o Princípio da Uniformidade é fundado ou no raciocínio demonstrativo ou no raciocínio provável, já que só existem esses dois tipos de raciocínio. Para Hume, o raciocínio demonstrativo não fundamenta este princípio, pois todas as demonstrações são certas e nos impedem de conceber um caso contrário, e é sempre possível conceber uma mudança no curso da natureza. Do mesmo modo, o raciocínio provável também não fundamenta o referido princípio, pois é baseado na suposição de que o futuro deve se conformar ao passado e um mesmo princípio não pode ser causa e efeito de si mesmo. Desse modo, Hume conclui que a inferência causal não está fundamentada na razão.

Mesmo que esta inferência não tenha base na razão continuamos a realizá-la constantemente. Diante disso, Hume apresenta na seção 5 da Primeira Investigação qual seria o princípio da natureza humana responsável pela inferência causal:

Esse princípio é o hábito ou costume. Pois sempre que a repetição de algum ato ou operação particulares produz uma propensão a realizar novamente esse mesmo ato ou operação, sem que se esteja sendo impelido por nenhum raciocínio ou processo do entendimento, dizemos invariavelmente que essa propensão é o efeito do hábito (HUME, 2004, p. 74).

Conclusão

A linguagem, no *Tractatus* de Wittgenstein, tem como função primordial representar o mundo. Desse modo, há uma relação direta entre a linguagem e o mundo. O mundo é constituído de fatos, os quais são formados pelas relações subsistentes entre os objetos, denominadas estados de coisas. No domínio da linguagem, um estado de coisas é representado por uma proposição, a qual é um modelo da realidade. As proposições elementares são aquelas que representam os estados de coisas mais básicos. Essas proposições elementares relacionam-se entre si, formando proposições complexas, sendo estas últimas inteiramente dependentes daquelas em relação ao seu valor de verdade, o qual é determinado pela comparação entre a proposição e a realidade.

Além disso, Wittgenstein trata na referida obra sobre a causalidade, considerando que esta não tem fundamento lógico e está baseada num fator psicológico. Dessa forma, podemos perceber semelhanças entre o pensamento do filósofo austríaco e o pensamento do filósofo escocês David Hume, já que este último também argumenta a favor da inexistência de um fundamento lógico para a relação de causa e efeito, atribuindo a esta um fator psicológico: o hábito.

Igualmente, percebemos que, como possível consequência da concepção de causalidade de ambos os autores, o conhecimento humano mostra-se deficiente. A limitação do conhecimento humano a respeito da realidade, dos fenômenos naturais do mundo, existe pelo fato de não haver uma justificação racional na própria base deste, de modo que não podemos dizer que existem leis da natureza. Nesse sentido, questiona-se se seria possível uma descrição verdadeira do mundo a partir das teorias científicas. Para Wittgenstein, as proposições das ciências naturais seriam as únicas dizíveis. Contudo, a verdade dessas parece comprometida se se baseia numa causalidade que não possui justificação. Para Hume, o conhecimento que temos do mundo carece de base lógica, pois, basta conceber uma mudança no curso da natureza como possível, para constatar que nosso conhecimento de questões de fato não é necessário.

Referências bibliográficas

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. *Wittgenstein: Linguagem e Mundo* / Mauro Lúcio Leitão Condé. – São Paulo: Annablume, 1998.

COVENTRY, Angela M. *Compreender Hume* / Angela M. Coventry; tradução de Hélio Magri Filho. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. – (Série Compreender).

OCCURSUS
REVISTA DE FILOSOFIA

HUME, David, 1711-1776. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral* / David Hume; tradução de José Oscar de Almeida Marques. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus* / tradução e apresentação de José Arthur Giannotti. – São Paulo: COMPANHIA EDITORIAL NACIONAL, 1968.